



Câmara Municipal de Sorriso

Estado de Mato Grosso

“Sorriso: A Capital Nacional do Agronegócio”

PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTOS E FISCALIZAÇÃO

PARECER Nº 134/2023.

DATA: 31/10/2023

ASSUNTO: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 46/2023.

RELATOR: CELSO KOZAK

INTROITO.

Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Sorriso/MT, Processos nº. 8.910-9/2022 (Apensos 82.358-9/2021, 52.349-6/2023, 82.356-2/2021 e 544-4/2022), **analisados e julgados pelo Tribunal de Conta do Estado – TCE/MT.**

O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT, através do Ofício nº 998/2023/GABPRES - JCN, em 12/09/2023, assinado pelo Conselheiro Presidente do TCE/MT Sr. JOSÉ CARLOS NOVELLI, encaminhou cópia digital do Processo de nº. 8.910-9/2022 TCE-MT e anexos, relativo as Contas Anuais de Governo da Prefeitura Municipal de Sorriso – MT, referente ao exercício de 2022, composto de documentos, pareceres e do Acórdão proferido pelo Relator e acompanhado Plenário da Corte de Contas, com PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL à aprovação das Contas Anuais de Governo da Prefeitura Municipal de Sorriso/MT, exercício de 2022, gestão Ari Genézio Lafin, à esta respeitável Instituição Democrática Legislativa Câmara Municipal de Sorriso/MT, ao seu Presidente o Sr. Iago Mella, para cumprimento do disposto no § 2º do artigo 31 da Constituição Federal de 1988, dos incisos II e III do artigo 210 da Constituição do Estado e do artigo 181 da Resolução nº 14/2007 do TCE/MT.

Vejam os teor do Ofício:

“Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 175 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, encaminho a Vossa Excelência cópia digital do Processo nº 8.910-9/2022 TCE-MT, que trata das Contas Anuais de Governo da Prefeitura Municipal de Sorriso - MT, relativas ao exercício de 2022, com seus respectivos anexos e apensos para julgamento.

Consubstanciado no dever constitucional do Poder Legislativo Municipal disposto no artigo 31 da Constituição Federal, dos incisos II e III do artigo 210 da Constituição do Estado e do artigo 181 da Resolução nº 14/2007 deste Tribunal, a Câmara Municipal de Sorriso, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, através deste ato, aprecia as Contas de Governo da Prefeitura Municipal de Sorriso, Exercício de 2022, da Gestão do Prefeito Municipal Sr. Ari Genézio Lafin.

RELATÓRIO.



Câmara Municipal de Sorriso

Estado de Mato Grosso

“Sorriso: A Capital Nacional do Agronegócio”

Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três (30/10/2023), a Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização esteve reunida nas dependências da Câmara Municipal de Sorriso, a fim de apreciar às Contas Anuais de Governo da Prefeitura Municipal de Sorriso, do Exercício de 2022 e, conseqüentemente, o **Projeto de Decreto Legislativo nº 46/2023**, que tem como Súmula: APROVA AS CONTAS DE GOVERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO – MT, EXERCÍCIO 2022, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Em atendimento ao que dispõe o inciso VIII do Art. 13 da Lei Orgânica do Município de Sorriso – MT, que define como atribuição da Câmara: “*julgar anualmente as contas prestadas pelo Prefeito e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo*”, a Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização da Câmara Municipal de Sorriso – MT, analisou o relatório das Contas Anuais do Governo Municipal referente ao Exercício de 2022, previamente analisadas pelos seguintes órgãos:

- a) Ministério Público de Contas do Estado de Mato Grosso, mediante expedição de Parecer de nº. 4.523/2023, exarado pelo Dr. GUSTAVO COELHO DESCHAMPS – Procurador de Contas, com Parecer prévio pela aprovação das Contas Anuais de Governo da Prefeitura Municipal de Sorriso, referentes ao Exercício 2022;
- b) Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE, por unanimidade, acompanhando o voto do Relator Conselheiro SÉRGIO RICARDO, emitiu **PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL (33/2023-TP)** à aprovação das Contas Anuais de Governo da Prefeitura Municipal de Sorriso, exercício de 2022, sob a gestão do Sr. Ari Genézio Lafin.

Portanto, a Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização confecciona o presente parecer com fulcro no arcabouço documental apresentado, dentre as quais referendamos: Leis pertinentes, PPA, LDO e LOA, Pareceres da Controladoria Municipal da Prefeitura de Sorriso, Parecer do Ministério Público de Contas e da Decisão do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT. Todos emanaram pareceres prévios favoráveis para a aprovação das Contas de Governo do Exercício do ano de 2022, da Prefeitura Municipal de Sorriso/MT, gestão Ari Genézio Lafin.

PARECER.

A apreciação e julgamento do Poder Legislativo Municipal das Contas prestadas pelo Gestor do Poder Executivo, lastreada pelo art. 31, da Constituição Federal e outras Leis Pertinentes, consiste no trabalho de controle externo destinado a avaliar, dentre outros aspectos, a suscetibilidade de ocorrência de eventos indesejáveis, tais como falhas e irregularidades em atos e procedimentos governamentais, ou insucesso na obtenção dos resultados esperados, devido às falhas ou deficiências administrativas, bem como aprovar a prestação de contas diante da sua legalidade.

Outrossim, pode ser incluído dentre os objetivos e matérias suscetíveis de averiguação no Julgamento de Contas de Governo, a relevância da atuação do Gestor em razão das suas atribuições e dos programas, projetos e atividades sob sua responsabilidade, assim como as ações que desempenha, os bens que produz e os serviços que presta a população, devidamente elencados e comprovado por documentos que seguem anexos na prestação de contas.



Câmara Municipal de Sorriso

Estado de Mato Grosso

“Sorriso: A Capital Nacional do Agronegócio”

No julgamento das Contas de Governo apresentadas pelo Gestor, é que se verifica e se analisa a eficácia, eficiência e efetividade da gestão em relação aos padrões administrativos e gerenciais, expressos em metas e resultados definidos e previstos na LOA, no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como a capacidade do controle interno de minimizar os riscos de não atingimento das mencionadas metas, além da observância dos limites constitucionais e legais para execução de orçamento, o resultado das políticas públicas e o respeito ao Princípio da Transparência e da Lei de Responsabilidade fiscal.

Dos escopos analisados, seguem em anexo o Parecer do Ministério Público de Contas e decisão proferida pelo Pleno do Tribunal de Contas do Estado, ambas manifestaram parecer prévio favorável à aprovação das contas de governo do exercício do ano de 2022, apresentada pela administração/gestão da Prefeitura Municipal de Sorriso/MT.

Desta maneira, sobre esses aspectos, passamos a análise da posição financeira, orçamentária e patrimonial e o julgamento das Contas apresentadas pelo Prefeito no exercício de 2022, abrangendo ainda o respeito aos limites na execução dos orçamentos públicos, o cumprimento dos programas previstos na LOA, que foi elaborada de forma compatível com o PPA e a LDO (artigo 165, § 7º, da CF e do artigo 5º, da LC 101/200/LRF), a realização de audiências públicas e o resultado das políticas públicas e principalmente a observância ao princípio da transparência e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Tribunal de Contas do Estado e o Ministério Público de Contas, de forma minuciosa, perfilaram suas análises técnica e jurídica onde entenderam pela aprovação das Contas de Governo do exercício de 2022 da Prefeitura Municipal de Sorriso/MT.

Esta Egrégia Câmara de Vereadores de Sorriso/MT, cumprindo a sua função constitucional da fiscalização mediante o controle externo do Poder Executivo, analisou e julgou todos os documentos, Parecer do Ministério Público de Contas, decisão do Tribunal de Contas do Estado, e manifestações das Partes, manifestando-se, nessa ocasião, pela **APROVAÇÃO** das Contas de Governo do exercício de 2022, da Prefeitura Municipal de Sorriso, Gestão Ari Genézio Lafin.

A Gestão Pública da Prefeitura Municipal de Sorriso foi diligente na aplicação dos recursos, o que vem traduzido nos relatórios e documentos, restando, no entanto, de extrema importância destacar que foram apuradas 02 (duas) irregularidades, sendo elas:

**ARI GENEZIO LAFIN - ORDENADOR DE DESPESAS / Período:
01/01/2022 a 31/12/2022**

1) CB07 CONTABILIDADE_GRAVE_07. Não implementação das novas regras da contabilidade aplicada ao setor público nos padrões e/ou prazo definidos. (Resolução Normativa TCE/MT 03/2012; Portarias STN; Resoluções CFC)

1.1) Elaboração das notas explicativas às demonstrações contábeis em desacordo com as normas expedidas pela STN. - Tópico - 5.1.6. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS E ASPECTOS GERAIS

**ARI GENEZIO LAFIN - ORDENADOR DE DESPESAS / Período:
01/01/2022 a 31/12/2022**



Câmara Municipal de Sorriso

Estado de Mato Grosso

“Sorriso: A Capital Nacional do Agronegócio”

2) MB03 PRESTAÇÃO DE CONTAS_GRAVE_03. Divergência entre as informações enviadas por meio físico e/ou eletrônico e as constatadas pela equipe técnica (art. 175 da Resolução 14/2007- Regimento Interno do TCE-MT).

2.1) Divergências entre os valores de transferências constitucionais e legais informados para o sistema Aplic e os obtidos no site da STN e nos demonstrativos contábeis apresentados pelo gestor na prestação de contas de governo. - Tópico - 4.1.1.1. TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - VALORES INFORMADOS PELA STN

Após a notificação do Gestor, que apresentou suas justificativas, a equipe técnica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, o Ministério Público de Contas e o Relator, consideraram saneada a irregularidade MB03 e, **mantiveram** a irregularidade CB07, de natureza grave.

Devemos nos ater nesse parecer, apenas à manutenção da irregularidade descrita no item **CB07**, que assim foi descrita pelo TCE/MT:

1) CB07 CONTABILIDADE_GRAVE_07. Não implementação das novas regras da contabilidade aplicada ao setor público nos padrões e/ou prazo definidos. (Resolução Normativa TCE/MT 03/2012; Portarias STN; Resoluções CFC)

1.1) Elaboração das notas explicativas às demonstrações contábeis em desacordo com as normas expedidas pela STN. - Tópico - 5.1.6. ESTRUTURA E FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS E ASPECTOS GERAIS

Transcrevo, *in litteris*, o Acórdão proferido pelo Relator:

De acordo com o Relatório Técnico Preliminar, as notas explicativas relativas aos balanços orçamentário, financeiro e patrimonial não abordaram todos os quesitos previstos nas Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC), emitidas pela Secretaria do Tesouro

Nota explicativa relativa às seguinte demonstração contábil	Quesito não avaliado na nota explicativa
Balanco orçamentário	Não há nota explicativa sobre o montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionado à execução do orçamento do exercício (Déficit Orçamentário)
Balanco financeiro	Não foram relacionadas as deduções nas fontes de recursos ordinários no total de R\$ 63.569.767,84, conforme escriturado no balanço financeiro.
Balanco patrimonial	Os procedimentos contábeis patrimoniais dispostos nos artigos 6º e 7º da Portaria nº 634/2013 da STN, que compreendem o reconhecimento, a mensuração, o registro, a apuração, a avaliação e o controle do patrimônio público não foram objeto de notas explicativas pela Contabilidade do Município

Nacional (STN), colaciono:

A Unidade Técnica apontou, ainda, que as demonstrações contábeis apresentadas não possuem a identificação do Gestor, somente da contadora, Sra. Elizandra Andreolla Brizante, além de não haver a assinatura de ambos.



Câmara Municipal de Sorriso

Estado de Mato Grosso

“Sorriso: A Capital Nacional do Agronegócio”

Em manifestação defensiva, o Gestor arguiu que está aperfeiçoando as notas explicativas e que os itens não atendidos em 2022 não foram solicitados em exercícios anteriores. Afirmou, ainda, que não localizou a legislação que regulamente os detalhamentos de quesitos em notas explicativas.

Atinente à ausência de nota explicativa no balanço orçamentário, sustentou que a nota explicativa seria para tratar de assuntos relevantes, razão pela qual, considerando que houve superávit orçamentário e não déficit, não haveria necessidade de explicação nesta demonstração contábil.

Em relação à falta de nota explicativa no balanço financeiro, informou que incluirá na demonstração do próximo exercício o quesito relativo ao valor da dedução de recursos ordinários que se refere à dedução constitucional de recursos do ICMS, FPM e ICMS exportação, que compõem o Fundeb.

Sobre a falta de notas explicativas no balanço patrimonial, afirmou que as análises foram realizadas nas notas explicativas do demonstrativo de variações patrimoniais.

E, por fim, informou que as demonstrações contábeis encaminhadas via sistema Aplic foram escaneadas antes de efetuar as assinaturas e colocar os carimbos dos responsáveis, pugnando pelo integral saneamento do apontamento.

Em Relatório Técnico de Defesa, a Secex acolheu os argumentos defensivos somente em relação às notas explicativas do balanço orçamentário, razão pela qual manteve a irregularidade CB07 (subitem 1.1).

O Ministério Público de Contas, por meio de Parecer Ministerial, em consonância com a Secex, opinou pela manutenção da irregularidade com recomendação.

Em alegações finais, o Gestor pugnou pela aplicação do princípio da razoabilidade e proporcionalidade para fins de sanear o apontamento, arguindo que a administração municipal vem aperfeiçoando suas notas explicativas ao longo dos exercícios.

Na sequência, o Ministério Público de Contas reiterou os argumentos e conclusão apresentados no Parecer nº 4.523/2023, compreendendo que a defesa não trouxe, em sede de alegações finais, argumentação capaz de alterar os fundamentos postos.

Pois bem.

De início, ressalto que os gestores deverão remeter ao Tribunal de Contas demonstrações contábeis e peças fundamentais contendo notas explicativas para melhor compreensão e análise das informações, com obrigatoriedade legal.

Saliento que o art. 11, da Lei Federal nº 10.180/2001, dispõe como órgão central do Sistema de Contabilidade Nacional a Secretaria do Tesouro Nacional e que, nesse sentido, a STN emite o Manual de Contabilidade Pública, o qual deve ser seguido de maneira precisa pelos entes integrantes da Administração Pública.



Câmara Municipal de Sorriso

Estado de Mato Grosso

“Sorriso: A Capital Nacional do Agronegócio”

É notório que o objetivo principal das notas explicativas às demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

Nesse sentido, destaco enunciado de jurisprudência desta Corte:

Contabilidade. Notas explicativas. Obrigatoriedade. 1) As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis e peças fundamentais para melhor compreensão e análise das informações de modo claro e preciso, com obrigatoriedade prevista na legislação brasileira vigente, e sua ausência dificulta a análise das demonstrações na medida em que não fornece informações importantes dos balanços, que são apresentados de forma sintética, cujo detalhamento não caberia dentro dos demonstrativos. 2) Nas notas explicativas devem ser registradas as informações relevantes, com critérios de clareza, síntese e objetividade, conforme previsto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) da STN, de modo a prover informação adicional relevante para a compreensão das demonstrações contábeis.

(Contas Anuais de Gestão Estadual. Relator: Sérgio Ricardo. Acórdão 85/2022 – Tribunal Pleno. Julgado em 29/03/2022. Processo 524450/2021). (Divulgado no Boletim de Jurisprudência, Ano: 2022, nº 77, mar/abr/2022).

No presente caso, houve a identificação de irregularidade na elaboração de notas explicativas das demonstrações contábeis apresentadas pelo referido Município, as quais estariam em desacordo com as normas expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), presentes nas seguintes peças: i) balanço orçamentário, ii) balanço financeiro e iii) balanço patrimonial.

Em relação ao balanço orçamentário, em consonância com a Secex e o MPC, acolho a argumentação defensiva, uma vez que a nota explicativa sobre o montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas), relacionada à execução do orçamento, não se insere no rol das notas explicativas mínimas a serem apresentadas como informação complementar ao balanço orçamentário, conforme rol estabelecido pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 9ª ed, pg. 494), disponibilizado pelo Tesouro Nacional².

Atinente ao balanço financeiro, constato que não houve a inclusão nas notas explicativas do quesito relativo ao valor da dedução de recursos ordinários, referente à receita de transferências constitucionais, em contrariedade a Instrução de Procedimento Contábeis 06 - Metodologia para elaboração do Balanço Financeiro (parágrafo 18), bem como ao MCASP (9ª ed., p. 507), tendo o Gestor se comprometido a incluí-las nas demonstrações contábeis do exercício de 2023.

No que se refere ao balanço patrimonial, constato que o reconhecimento, a mensuração, o registro, a apuração, a avaliação e o controle do patrimônio público não foram integralmente objeto de notas explicativas pela Contabilidade do Município, em desatendimento aos artigos 6º e 7º da Portaria nº 634/2013 da STN.



Câmara Municipal de Sorriso

Estado de Mato Grosso

“Sorriso: A Capital Nacional do Agronegócio”

Nesse sentido, destaco que a nota explicativa em comento, que constou como parte integrante das demonstrações contábeis, foi insuficiente quanto a divulgação das informações que afetaram o Ativo Imobilizado no exercício de 2022, isso porque, a nota se limitou a apresentar somente o conceito de ativo imobilizado, conforme análise às Contas Anuais.

Ademais, a Unidade Técnica apontou ainda que, em relação às Contas Anuais de Governo Municipal apresentadas, não houve a identificação do Gestor, somente da contadora, Sra. Elizandra Andreolla Brizante, bem como ausente a assinatura de ambos, em contrariedade, dentre outras disposições, ao MCASP (9ª ed., p. 487).

Destaco que o Gestor reconheceu a ocorrência, arguindo que as demonstrações foram escaneadas e enviadas antes do processo de assinatura/carimbo dos gestores responsáveis, comprometendo-se a cumprir com o referido mandamento nos próximos exercícios.

Desse modo, por todo o exposto, em consonância com a Unidade Técnica e o Ministério Público de Contas, concluo pela manutenção da irregularidade CB07 (item 1.1), de natureza grave, razão pela qual entendo necessário recomendar ao Poder Legislativo Municipal que determine ao Chefe do Poder Executivo que elabore as notas explicativas às demonstrações contábeis (balanços orçamentário, financeiro e patrimonial), conforme Instruções, Manuais e Procedimentos Contábeis da STN.

Muito embora tenha sido mantida a irregularidade proveniente da irregularidade CB07 (item 1.1), o Conselheiro Relator SÉRGIO RICARDO, destacou em seu Voto, que atenuou a gravidade da irregularidade em questão, de modo que a sua configuração não tem o condão de ensejar a emissão de parecer prévio contrário à aprovação das contas, sendo suficiente a expedição de recomendação ao Gestor Municipal.

Portanto, da análise do Acórdão Proferido pela douta Corte de Contas é possível verificar que o TCE/MT manteve a irregularidade CB07 (item 1.1), de natureza grave e, recomendou, ao Poder Legislativo Municipal, que DETERMINE ao Chefe do Poder Executivo que **QUE ELABORE AS NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (BALANÇOS ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E PATRIMONIAL), CONFORME INSTRUÇÕES, MANUAIS E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS DA STN.**

Importante esclarecer que a análise realizada pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso servirá de parâmetro e fundamento para a análise e decisão da Câmara de Vereadores e por esta Comissão.

Adiante avaliaremos índices legais e constitucionais.

A gestão do Município de Sorriso estabeleceu o seu **Plano Plurianual (PPA)** para o quadriênio 2022/2025, mediante a promulgação da Lei nº. 3.157/2021.

O município de Sorriso, no exercício de 2022, teve seu orçamento autorizado pela Lei Municipal nº 3.204/2021, que estimou a receita e fixou a despesa em **RS 644.000.000,00** (seiscentos e quarenta e quatro milhões de reais).



Câmara Municipal de Sorriso

Estado de Mato Grosso

“Sorriso: A Capital Nacional do Agronegócio”

As receitas orçamentárias efetivamente arrecadadas pelo Município, no exercício de 2022, incluindo os créditos adicionais abertos/reabertos mediante o uso da fonte de superávit financeiro apurado no exercício anterior (R\$ 32.341.765,98), totalizaram o valor de **R\$ 627.020.724,77** (seiscentos e vinte e sete milhões e vinte mil e setecentos e vinte e quatro reais e setenta e sete centavos).

As despesas **empenhadas** pelo Município, no exercício de 2022, totalizaram **R\$ 617.035.094,62** (seiscentos e dezessete milhões e trinta e cinco mil e noventa e quatro reais e sessenta e dois centavos).

Comparando-se as receitas arrecadadas (**R\$ 627.020.724,77**) com as despesas empenhadas (**R\$ 617.035.094,62**), ajustadas nos termos da Resolução Normativa nº 43/2013/TCE-MT, constata-se um resultado de execução orçamentária **superavitário** de **R\$ 42.327.396,13** (quarenta e dois milhões e trezentos e vinte e sete mil e trezentos e noventa e seis reais e treze centavos).

A dívida consolidada líquida é negativa, pois as disponibilidades são maiores que a dívida pública consolidada, indicando cumprimento do limite legal (Art. 3º, II, da Resolução do Senado Federal).

Com referência aos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela Constituição Federal, o Município apresentou índices positivos.

A despesa total com pessoal do Executivo Municipal foi equivalente a **43,53%** do total da Receita Corrente Líquida, correspondente à R\$ 268.547.905,90, **não ultrapassando** o limite de **54%** fixado na alínea “b” do inciso III do artigo 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

Educação. O Município aplicou, na manutenção e desenvolvimento do Ensino, o valor de R\$ 120.658.231,03, equivalente a **26,40 %** do total da receita resultante dos impostos, compreendida a proveniente das transferências estadual e federal, **atendendo** ao disposto no artigo 212 da Constituição Federal (CF), que estabelece um investimento mínimo de 25% sobre a receita base.

No tocante à aplicação da Emenda Constitucional nº. 119/2022, destaca-se que em 2020 e 2021 não foram aplicados em manutenção e desenvolvimento do ensino o valor de R\$ 3.124.741,60, todavia em 2022 o valor aplicado a maior foi de R\$ 6.425.549,92, de modo que não há saldo residual a ser aplicado.

Fundeb. O Município aplicou, na valorização e remuneração do magistério da Educação Básica Pública, o valor de R\$ 95.432.508,53, o equivalente a **78,80%** da receita base do Fundeb, **atendendo** ao disposto no inciso XI, do art. 212-A, da Constituição Federal – e do § 2º, do Art. 26, da Lei Federal 14.276/2021.

Saúde. O Município aplicou, nas ações e nos serviços públicos de saúde, o valor de R\$ 107.455.570,28 o equivalente a 23,84% do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o artigo 156 e dos recursos de que trata o artigo 158, alínea “b” do inciso I, e § 3º do artigo 159, todos da Constituição Federal, nos termos do inciso III do artigo 77 do ADCT/CF, que estabelece o mínimo de **15%**.



Câmara Municipal de Sorriso

Estado de Mato Grosso

“Sorriso: A Capital Nacional do Agronegócio”

Repasse ao Poder Legislativo. O Poder Executivo repassou para o Poder Legislativo o valor de **R\$ 14.918.000,00**, correspondente a **3,83%** da receita base de R\$ 281.575.408,42, **assegurando** assim o cumprimento do limite máximo estabelecido no art. 29-A da CF.

Foram realizadas audiências públicas durante o processo de elaboração e de discussão da LOA e da LDO (art. 48, parágrafo único, da LRF).

As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo foram colocadas à **disposição** dos cidadãos na Câmara Municipal, de acordo com o art. 49 da LRF.

Ressalta-se, que a Prefeitura Municipal de Sorriso observou devidamente o princípio da transparência, uma vez que foram realizadas audiências públicas durante o processo de elaboração e de discussão do PPA, LDO e LOA (art. 48, parágrafo único), sendo que o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre foi avaliado em audiências públicas na Câmara Municipal, cumprindo o que determina o Art. 9º, § 4º, ambos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer de nº. 4.523/2023, da lavra do Procurador de Contas Dr. Gustavo Coelho Deschamps, opinou pela emissão de *parecer prévio favorável* à aprovação das contas anuais de governo da Prefeitura Municipal de Sorriso, exercício de 2022, sob a gestão de Ari Genésio Lafini, com recomendações.

Relatou a decisão exarada pelo TCE/MT o Conselheiro SÉRGIO RICARDO. Participaram da votação os Conselheiros JOSÉ CARLOS NOVELLI, ANTONIO JOAQUIM, VALTER ABANO, WALDIR JÚLIO TEIS e DOMINGOS NETO. Presente, representando o Ministério Público de Contas, o Procurador-Geral ALISSON CARVALHO DE ALENCAR.

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso da competência que lhe é atribuída pelos artigos 31, §§ 1º e 2º, 71 e 75 da Constituição Federal, artigos 47 e 210 da Constituição do Estado de Mato Grosso, c/c o artigo 56 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), artigo 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 269/2007 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso), e artigos 1º, inciso I, 172 e 174 da Resolução nº 16/2021 (Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso), por unanimidade, acompanhando o voto do Relator e de acordo com o Parecer nº 4.523/2023 do Ministério Público de Contas, emite **PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL** à aprovação das contas anuais de governo da Prefeitura Municipal de Sorriso, exercício de 2022, gestão do Sr. Ari Genésio Lafini”.

Por fim, com escopo nos termos deste **PARECER FAVORÁVEL PARA APROVAÇÃO E TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 46/2023** para ser votado no Plenário em Sessão Ordinária. Acompanham o Parecer deste Relator, o voto do Presidente e o voto do Membro da Comissão de Finança, Orçamento e Fiscalização.

Outrossim, consubstanciado nas orientações da respeitável decisão do Egrégio Tribunal de Contas do Estado, para **DETERMINAR** ao atual gestor da Prefeitura Municipal de Sorriso que:



Câmara Municipal de Sorriso

Estado de Mato Grosso

“Sorriso: A Capital Nacional do Agronegócio”

I) elabore as notas explicativas às demonstrações contábeis (balanços orçamentário, financeiro e patrimonial), conforme Instruções, Manuais e Procedimentos Contábeis da STN; e

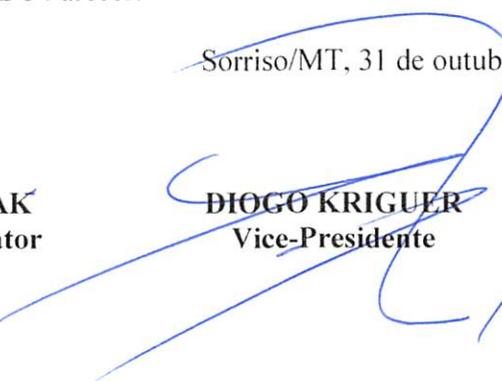
II) aprimore as técnicas de previsões de valores para as metas fiscais, adequando-as à realidade fiscal/capacidade financeira do município e compatibilizando as metas com as peças de planejamento.

DIANTE DO EXPOSTO e presente os escopos legais, manifesto na presença desta Respeitável Comissão o meu **PARECER PARA APROVAÇÃO DAS CONTAS DE GOVERNO DO PODER EXECUTIVO DO EXERCÍCIO DO ANO DE 2022, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO/MT, GESTÃO ARI GENÉZIO LAFIN.**

É o Parecer.

Sorriso/MT, 31 de outubro de 2023.


CELSO KOZAK
Presidente/Relator


DIOGO KRIGUER
Vice-Presidente


RODRIGO MACHADO
Secretário